



## Plenário deve votar projetos sobre combate à violência

Texto que prioriza mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência nos exames de corpo de delito é um dos destaques da pauta do esforço concentrado desta semana

A proteção do ambiente familiar e medidas para conter a violência doméstica estão entre os assuntos dos projetos que devem ser votados nesta semana pelos senadores. O primeiro item estabelece que mulheres,

crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência tenham prioridade nos exames de corpo de delito. O objetivo é privilegiar a produção de provas quanto à materialidade e autoria de um crime.

Outra proposta obriga os hospitais a notificar casos de acidentes com crianças e adolescentes. A intenção é dar mais subsídios para que o governo planeje ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens. **3**

### ARQUIVO **S**

#### Há 100 anos, Brasil foi atacado pela pior epidemia de sua história

Gripe espanhola matou até o presidente da República eleito, Rodrigues Alves, que não conseguiu iniciar seu segundo governo. Documentos do Arquivo do Senado

mostram que os senadores estudaram um projeto que previa a aprovação automática de todos os alunos do país, já que, doentes, não puderam fazer as provas finais. **4**

Doentes em enfermaria no Rio em 1918: epidemia de gripe forçou governo a organizar bases da rede pública de saúde



Biblioteca Nacional Digital

#### Orçamento prevê salário mínimo acima de mil reais

O Congresso recebeu na sexta-feira a proposta do governo para a Lei Orçamentária Anual de 2019. Pela primeira vez, o salário mínimo vai ultrapassar os mil reais. O texto ainda prevê inflação de 4,24%, crescimento do PIB de 2,5% e déficit de R\$ 139 bilhões. Pela proposta, os servidores públicos não terão reajuste no ano que vem. O projeto agora será analisado pela Comissão Mista de Orçamento. **3**

##### Números para 2019

Crescimento	2,5% do PIB
Inflação	4,24% pelo IPCA
Salário mínimo	R\$ 1.006
Resultado primário	deficit de R\$ 139 bi
Recursos para saúde	R\$ 129,8 bi
Recursos para educação	R\$ 121,9 bi
Recursos para seguridade social	R\$ 637 bi
Aumento do funcionalismo	adiado para 2020

#### Senado deve ampliar transparência

O Senado e a Câmara participam de um compromisso internacional com o objetivo de tornar o processo legislativo mais transparente. A ação inclui um guia do Parlamento. **2**

#### Conselho discute regra para rádios comunitárias

A venda de publicidade nas rádios comunitárias e a ampliação do alcance de transmissão serão discutidas hoje pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso. **3**

#### Site informa sobre busca de desaparecidos

A página do Senado na internet tem agora um serviço que ajuda na busca por pessoas desaparecidas. As informações ensinam, por exemplo, a comunicar um desaparecimento. **2**

#### Caminhoneiros podem ter anistia de multas por greve de 2015

Projeto que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça anistia as multas de trânsito dos caminhoneiros que participaram das manifestações contra o aumento do preço do combustível em 2015, aplicadas no

período da greve. Pelo projeto, serão perdoadas as multas por estacionamento na pista de rolamento, nos acostamentos ou nos cruzamentos, por impedimento da movimentação de outro veículo e por bloqueio da via com o caminhão. **3**



Caminhoneiros fizeram protesto contra a alta no preço do combustível

Marcelo Camargo/Abi



Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.





# Transparência é meta internacional do Senado

Casa propôs, em fórum de 75 países, iniciativas para aproximar o cidadão do Congresso com, por exemplo, produção de materiais sobre o processo legislativo em linguagem mais simples e didática

SERVIDORES DE DIVERSAS áreas representaram o Senado em dois encontros, em agosto, para a apresentação de um compromisso internacional com a Parceria para Governo Aberto (OGP, do inglês Open Government Partnership). A parceria é uma iniciativa internacional para incentivar práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social.

Com a Câmara dos Deputados, o Senado está participando este ano da OGP com iniciativas de integração entre as duas Casas para ações de promoção de educação e transparência do processo legislativo. Assessor técnico da Secretaria-Geral da Mesa, Rodrigo Brum explica que a OGP define o conceito de governo aberto por quatro princípios: transparência, prestação de contas e responsabilização (*accountability*), participação cidadã e tecnologia e inovação.

Brum, que é gerente de projeto estratégico de inovação do Senado, também preside um grupo de trabalho de integração para tratar de questões legislativas comuns entre Câmara e Senado. Surgiu, então, a ideia de propor um compromisso internacional dentro da OGP, com projetos que já estavam previstos pela administração da Casa.

— A ideia foi propor a criação de algumas ferramentas para que o cidadão possa entender e acessar as informações sobre processo legislativo de forma mais simples. Então, propusemos um compromisso de transparência e inovação, dentro dos princípios da OGP.

Brum conta que as oficinas serviram como parte da metodologia para traçar as diretrizes e formalizar o compromisso internacional de incrementar a participação de diversos segmentos sociais no processo legislativo a partir



Rodrigo Brum explica que ações devem incluir um guia do Parlamento

de esforços integrados que ampliem a transparência, ajustem a linguagem e a comunicação e promovam a inovação.

## Didatismo

Para alcançar o compromisso, sete marcos foram propostos como ações. Entre eles, estão a integração de sistemas entre Câmara e Senado, a criação de materiais de divulgação com linguagem mais simples e didática sobre processo legislativo, a produção de um guia do Parlamento e a edição de um glossário unificado de termos legislativos.

— É preciso deixar claro que o compromisso tem foco no cidadão. Muitas vezes, vemos um texto de um jeito no Senado e de outro na Câmara. Por isso, o glossário deve facilitar a utilização e o significado de termos, dar mais clareza, melhorar a linguagem para melhor entendimento.

Brum ainda explica que, de acordo com o compromisso, os marcos devem ser realizados em dois anos, a partir de 2019. E durante todo o processo, representantes nacionais e internacionais da OGP monitoram a execução das ações propostas e o alcance de compromisso.

No Brasil, a Parceria para Governo Aberto é representada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

Para a servidora da Secretaria da Transparência do Senado Ana Luiza Gomes Machado, que também participou da oficina, a principal ideia do compromisso é aproximar o cidadão do Parlamento com ações de promoção de educação e transparência.

— São ações inter-relacionadas entre várias áreas do Senado que vão conseguir realizar esse desafio de governo aberto. Aqui na Transparência, vamos trabalhar com ações de educação do processo legislativo. Com uma linguagem voltada para o cidadão, menos técnica, que facilite o entendimento.

Ana Luiza citou ferramentas que podem ser usadas, como vídeos no YouTube, com mensagens mais simples, curtas e diretas.

## Sobre a OGP

A OGP foi lançada em 20 de setembro de 2011, quando os oito países fundadores da parceria (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) assinaram a Declaração de Governo Aberto e apresentaram os planos de ação. Atualmente 75 países integram a iniciativa. Eles já assumiram até agora cerca de mil compromissos de transparência.

Site do Governo Aberto: <http://bit.ly/ogpgovernoaberto>

# Site informa população sobre busca de pessoas desaparecidas

A página do Senado na internet agora conta com um serviço para auxiliar na busca de pessoas desaparecidas. Informações sobre o procedimento que se deve adotar ao relatar um desaparecimento, links de canais de denúncias de diversos estados e as legislações sobre investigação de pessoas desaparecidas estão disponíveis no site.

A sugestão para que o Senado criasse um canal de acesso a informações sobre registro e procura de pessoas desaparecidas foi feita à Diretoria-Geral da Casa por Márcio Gleyson da Cunha Bezerra, servidor do Serviço de Operação de Áudio e Plenários do Senado.

— Houve um caso em Natal, nos anos 90, em que crianças estavam sendo raptadas dentro de casa. E as crianças não foram encontradas — relata.

Ele acredita que, por meio das plataformas on-line, é possível informar uma boa parte da população sobre como proceder em casos de desaparecimentos.

O episódio citado por Bezerra — em que cinco crianças foram raptadas dentro de suas casas, entre 1998 e 2001 — não foi resolvido até hoje. Em 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha fizeram uma pesquisa sobre o número de registros de desaparecidos no Brasil entre 2007 e 2016. A pesquisa revelou que o país registrou 693 mil desaparecidos.

Pelo Disque 100, é possível comunicar o desaparecimento de crianças e adolescentes em qualquer região do país.

Página sobre desaparecidos: <http://bit.ly/desapSenado>

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA  
TERÇA  
QUARTA

- CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Rádios**  
14h Entre 3 itens, relatório aos projetos que tratam da radiodifusão comunitária.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CDH Suicídios**  
14h30 Audiência sobre suicídios.
- CDH Direito previdenciário**  
9h Debate sobre inclusão do direito previdenciário na graduação em direito.
- CI Obras na BR-319**  
9h Audiência sobre obras na BR-319.
- CAE Crédito para Itajaí (SC)**  
10h A MSF 79/2018, sobre crédito externo para Itajaí (SC), é um dos 13 itens.
- CRE Embaixadores**  
10h Indicações para Costa Rica, Guatemala e Guiné-Bissau estão entre 8 itens.
- CE Feiras de ciências no ensino médio**  
11h30 O PLS 360/2017, que torna a União responsável por feiras de ciências na rede de ensino médio, é um dos 16 itens.
- CMA Descarte de lixo**  
11h30 Entre 11 itens, o PLC 169/2017, sobre descarte de lixo em lugares públicos.

- CAS Reajuste dos planos de saúde**  
14h Debate sobre reajuste dos planos.  
**MP 843/2018 Setor automotivo**  
14h30 Análise de relatório.
- MP 848/2018 FGTS para santas casas**  
14h30 Instalação e eleição.
- MP 844/2018 Marco do saneamento**  
14h40 Eleição de presidente e vice.
- CAS Jovens que vivem em abrigos**  
9h Entre 15 itens, o PLS 190/2017, que cria cotas para inserir jovens de abrigos.
- CCT Abertura de empresa pela web**  
9h O PLS 145/2018, sobre abertura de empresa pela internet, é um dos 41 itens.
- CTFC Balanças de precisão**  
11h Na pauta de 6 itens, o PLS 21/2017, sobre balanças de precisão.
- CAE Impacto da crise na segurança**  
14h Audiência destinada a debater impacto da crise orçamentária na segurança pública.
- CSE Torcidas organizadas**  
14h30 Audiência para debater panorama do futebol brasileiro e situação das torcidas organizadas.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Combate à violência é destaque da semana

Plenário pode votar propostas como a que prioriza mulheres, idosos e pessoas com deficiência nos exames de corpo de delito. Notificação de acidentes com crianças também está na pauta

A PAUTA DO Plenário tem como destaque projetos que tratam da proteção do ambiente familiar e do combate à violência. O primeiro projeto, por exemplo, determina que mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência tenham prioridade nos exames de corpo de delito (PLC 35/2014).

Autor do projeto, o deputado Sandes Júnior (PP-GO) ressalta que a ideia é reforçar o combate à violência doméstica. A relatora, Simone Tebet (MDB-MS), lembra que o exame de corpo de delito reúne um conjunto de elementos materiais ou vestígios indicativos da prática de um crime.

Para a senadora, é conveniente priorizar a avaliação em mulheres, menores, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência, para privilegiar a rápida elucidação

e produção de provas quanto à materialidade e autoria de um crime.

O Plenário deve votar também o substitutivo ao projeto que obriga os hospitais a notificar casos de acidentes envolvendo crianças e adolescentes (PLC 13/2017).

Segundo o texto, os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada ficam obrigados a notificar aos órgãos públicos competentes os casos de acidentes envolvendo menores de idade.

A intenção é dar mais informações para que o poder público possa planejar ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens.

## Militares e parquinhos

Outro projeto que está em pauta é o que aumenta para 20 dias a licença-paternidade do militar e a estende para o caso de obtenção de guarda



Licença-paternidade para militares e uso de animais em testes para cosméticos podem ser votados em Plenário

judicial para fins de adoção (PLC 41/2018). Atualmente os militares têm direito a cinco dias consecutivos de licença.

Os senadores ainda poderão votar o projeto que pretende tornar mais seguros os brinquedos de parque instalados em espaços públicos, como

praças, ou privados, como clubes e escolas. O projeto (PLC 159/2015) determina vistoria anual dos equipamentos.

Também consta da pauta do Plenário desta semana o projeto que proíbe animais em pesquisas e testes para produzir cosméticos (PLC

70/2014). O texto, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), não só proíbe testes de ingredientes e de produtos cosméticos em animais, como veda o comércio dos produtos e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações.

## Orçamento de 2019 prevê salário mínimo acima de mil reais pela primeira vez

O Congresso recebeu na sexta-feira o projeto do Executivo da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019. Um dos destaques é que o salário mínimo válido em todo o país vai ultrapassar mil reais pela primeira vez desde a adoção do Plano Real em 1994. O PLN 27/2018 segue agora para exame da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A previsão do governo é o valor do salário mínimo passar dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.006 a partir de 1º de janeiro de 2019. O governo prevê crescimento de 2,5% do PIB no próximo ano, inflação de 4,25% e meta de resultado primário de até R\$ 139 bilhões negativos. Para ajudar no cumprimento da meta, o

presidente da República, Michel Temer, decidiu adiar o reajuste do funcionalismo público para 2020. A proposta aposta também que o déficit diminuirá para R\$ 110 bilhões em 2020 e R\$ 70 bilhões em 2021. A receita da União para 2019 é de mais de R\$ 3,3 trilhões.

## Gastos

As despesas primárias totais do governo central serão de mais de R\$ 1,4 trilhão, sendo R\$ 637 bilhões só com gastos previdenciários e R\$ 325 bilhões com folha de pagamento de pessoal. Entretanto, a peça orçamentária já apresenta a previsão de que será necessário o Congresso aprovar crédito adicional

à LOA 2019 no valor de R\$ 258 bilhões para que o Executivo consiga cumprir a chamada regra de ouro, que proíbe que o total das operações de crédito do governo seja superior às despesas.

De acordo com o Ministério do Planejamento, a LOA 2019 foi elaborada com premissas como a preservação de gastos sociais e de investimentos estruturantes, elevação dos gastos com educação e respeito ao teto de gastos públicos. Para a saúde são previstas dotações de R\$ 129,8 bilhões, ficando a educação com R\$ 121,9 bilhões.

A LOA deve ser entregue pelo Executivo até 31 de agosto de cada ano e pode ser aprovada até dezembro, mas essa

prática não é obrigatória e não impede que o Congresso entre em recesso.

O texto compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta; o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações do poder público.

O Congresso aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 em julho e ela foi sancionada em agosto.

## Conselho analisa publicidade em rádio comunitária

A comercialização de espaço publicitário por rádios comunitárias vai ser analisada hoje pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso. Na pauta, está a discussão de três projetos de lei que tratam da radiodifusão comunitária.

As proposições alteram o funcionamento de quase 5 mil emissoras outorgadas no país. Entre outros pontos, os PLS 55/2016, PLS 410/2017

e PLS 513/2017 permitem a venda de publicidade, isentam a arrecadação de direitos autorais e ampliam o alcance de transmissão das rádios comunitárias, respectivamente.

O aumento do limite de potência das rádios comunitárias e da quantidade de canais designados foram tema de audiência pública promovida no início de agosto pelo conselho. O Ministério das

Comunicações e a Anatel, por exemplo, apontaram inviabilidade técnica para o aumento do alcance das rádios.

O relatório a ser votado é do grupo formado pelos conselheiros José Carlos da Silveira Junior, José Antônio de Jesus da Silva, Sydney Sanches e Davi Emerich, sob a coordenação de Tereza Mondino.

## Regimento

Também consta da pauta do Conselho de Comunicação o relatório sobre a reestruturação do Regimento Interno do próprio conselho. O documento será apresentado pela comissão de relatoria formada pelos conselheiros José Francisco de Araújo Lima (coordenador), Miguel Matos e Maria José Braga.

O conselho é um órgão auxiliar e consultivo do Congresso.

## Projeto perdoa multas de caminhoneiros em greve de 2015

Os caminhoneiros que participaram das manifestações contra o aumento do preço do combustível no início de 2015 poderão receber anistia para as multas de trânsito daquele período. É o que determina o projeto, que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta confere aos grevistas o perdão para multas aplicadas no país todo, de 18 de fevereiro a 2 de março de 2015 (PLC 5/2015).

De acordo com o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), um dos autores da proposta, o objetivo é não onerar ainda mais os caminhoneiros que protestam legitimamente pelos seus direitos.

Pelo projeto, serão perdoadas as multas por estaciona-

mento na pista de rolamento, nos acostamentos ou nos cruzamentos; por impedir a movimentação de outro veículo; ou por bloqueio da via com o caminhão. A proposta, contudo, limita a anistia para os veículos classificados como caminhão, reboque ou semirreboque, cavalo trator, trator de rodas, trator de esteiras e trator misto.

O relator na CCJ, senador Paulo Paim (PT-RS), considerou a ação dos caminhoneiros como o exercício legítimo do direito de manifestação. "É justo o protesto desses trabalhadores que veem os recursos destinados ao sustento de suas famílias serem direcionados para custear as crescentes despesas da prestação do serviço", afirma no relatório.



Um dos projetos em análise aumenta o alcance das rádios comunitárias



Ricardo Westin

# Há 100 anos, gripe espanhola devastou país e matou presidente

Como praticamente não havia hospitais públicos em 1918, pobres recorriam a instituições de caridade, como as santas casas. Epidemia forçou o Brasil a montar os rudimentos do SUS

PARECE FILME DE terror. Cadáveres jazem nas ruas, atraindo urubus. Os raros passantes andam a passos ligeiros. Carroças surgem de tempos em tempos para, sem cuidado ou deferência, recolher os corpos, que seguem em pilhas para o cemitério.

— Por toda parte, o pânico, o horror! — exclama o deputado Sólon de Lucena (PB).

Como os coveiros, em grande parte, estão acamados ou morreram, a polícia sai às ruas capturando os homens mais robustos, que são forçados a abrir covas e sepultar os cadáveres. Os mortos são tantos que não há caixões suficientes e os corpos são despejados em valas coletivas.

— Esse flagelo zomba da fortaleza física do homem e deixa como rastro um número extraordinário de mortos e um exército de combalidos entregues à fraqueza, ao depauperamento, à quase invalidez — diz o senador Jeronymo Monteiro (ES).

O filme de terror teve início há 100 anos, quando a gripe espanhola invadiu o país. Uma violenta mutação do vírus da gripe veio a bordo do navio Demerara, procedente da Europa. Em setembro de 1918, sem saber que trazia o vírus, o transatlântico desembarcou passageiros infectados no Recife, em Salvador e no Rio. No mês seguinte, o país todo está submerso naquela que até hoje é a mais devastadora epidemia da sua história.

A gripe espanhola, como indicam os discursos acima, domina os debates do

Congresso. As falas dos parlamentares integram o acervo dos Arquivos do Senado e da Câmara, em Brasília, e mostram como o Brasil de 1918 se comporta diante da doença.

Assim como outros prédios públicos do país, o Senado e a Câmara, no Rio (que tem o status de Distrito Federal), passam vários dias fechados. Não há funcionários — muitos convalescem e outros tantos morreram. Após um período combalido, o senador Paulo de Frontin (DF) é recebido com festa na volta à Casa.

— Tendo sido vítima da espanhola, Sua Excelência está aí rijo, cumprindo seus deveres com aquela atividade rara que todos lhe reconhecemos — discursa o senador Victorino Monteiro (RS).

## Aprovação escolar

Nem o presidente da República é poupado. Rodrigues Alves, eleito em março de 1918 para o segundo mandato, cai de cama “espanholado” e não toma posse. O vice, Delfim Moreira, assume interinamente em novembro, à espera da cura do titular. Ele, porém, morre em janeiro de 1919, e uma eleição fora de época é convocada.

— Todas as classes, desde os humildes trabalhadores até aqueles que gozam do maior

conforto na vida, foram alcançados pelo flagelo terrível, que bem parece universal — constata o deputado Lucena. — Dir-se-ia que a morte, não satisfeita com a larga messe de vidas ceifadas nos campos de batalha europeus, quis, na sua ânsia de domínio, estender até nós os seus tentáculos.

Lucena se refere à 1ª Guerra Mundial. Em fins de 1918, as manchetes dos jornais brasileiros se alternam entre a gripe espanhola no país e as negociações de paz na Europa. É justamente o vaivém de soldados que faz o vírus mortal provocar estragos em todos os cantos do planeta.

Os parlamentares apresentam uma série de projetos de lei com o objetivo de combater a doença e amenizar seus efeitos. Uma das propostas prevê a aprovação automática de todos os estudantes, sem necessidade de exame final.

Citando a sua experiência como professor, o senador Frontin defende o projeto:

— O momento em que se exige do estudante o máximo esforço são os últimos três meses do ano letivo, quando ele se prepara para o exame final. Exatamente nessa época, grande parte dos alunos foi atacada pela epidemia

reinante. Na Escola Politécnica, choramos a perda de mais de um. Os que se salvaram estão em uma convalescença longe de ser completa.

Como 1918 já está no fim, o presidente interino Delfim Moreira acha prudente não esperar a votação do Senado e da Câmara e baixa em dezembro um decreto batendo o martelo de uma vez: aluno nenhum repetirá o ano letivo.

## Delegacias de polícia

Em outra linha, o deputado Celso Bayma (SC) redige um projeto de lei ampliando em 15 dias o prazo para o pagamento das dívidas que vencem em plena epidemia. Segundo ele, a moratória é necessária porque muitos comerciantes baixaram as portas, deixaram de lucrar e, por tabela, ficaram impossibilitados de honrar seus compromissos com os bancos.

Faltam estatísticas a respeito das vítimas no Brasil. A devastação pode ser dimensionada pelas ausências na eleição para o Senado ocorrida em novembro de 1918 apenas no Rio. A capital tem 36 mil eleitores, mas só 5 mil vão às urnas. Na eleição presidencial de março, como comparação, 22 mil votaram.

— A eleição de senador foi uma eleição sem eleitorado. Tanto vale dizer, não foi uma eleição — critica o senador Francisco Sá (CE), tentando, sem sucesso, anular a votação.

A epidemia escancara uma deficiência grave do Brasil: os pobres estão ao deus-dará. Não há hospitais públicos. Não é raro que as pessoas, assim que se descubram “espanholadas”, busquem socorro nas delegacias de polícia. Quem presta alguma assistência à população carente são instituições de caridade, como as santas casas e a Cruz Vermelha.

No âmbito federal, o que existe é a Diretoria-Geral de Saúde Pública, com atuação tímida, cuidando apenas da barreira sanitária dos portos e da higiene da capital do país.

O deputado Azevedo Sodré (RJ) redige um projeto que promoveria a diretoria a Ministério da Saúde. A proposta, porém, não avança. De qualquer forma, a gripe faz o governo se mexer. Um ano mais tarde, na virada de 1919 para 1920, o Congresso aprova e o presidente Epitácio Pessoa sanciona uma reforma na saúde. A acanhada diretoria cresce, ganha responsabilidades e é rebatizada de Departamento Nacional de Saúde Pública, atuando no combate à lepra, à tuberculose, à malária e às doenças venéreas — o escopo agora é o país todo.

De forma indireta, a gripe espanhola planta a semente do Ministério da Saúde, que surgirá em 1930, e também a do SUS, que será previsto na Constituição de 1988.

Do mesmo modo abrupto com que chega, a gripe espanhola desaparece. Em dezembro, já são raros os contágios. Foram tantos os infectados de setembro a novembro que o vírus já não tem a quem atacar.

## O efeito devastador da epidemia mundial de 1918

Em apenas um ano, a gripe espanhola matou 50 milhões de pessoas em todos os cantos do planeta



### Total de mortos

1914-1918	1ª Guerra Mundial	8,5 milhões
1918	Gripe espanhola	50 milhões
1933-1945	Holocausto	11 milhões
1939-1945	2ª Guerra Mundial	60 milhões



### A morte vem a bordo

A gripe espanhola é trazida para o Brasil pelo navio Demerara

### Pânico em São Paulo

Gripe espanhola duplica mortes na capital paulista em 1918

